

Pagamento da dívida externa dependerá da "Prime"

O déficit público dos Estados Unidos impede a redução das taxas de juros naquele país — a "prime rate" — e, consequentemente, dificulta o pagamento da dívida externa do Brasil e das demais nações do Terceiro Mundo, assim como o déficit do governo brasileiro é um empecilho para que as taxas de juros internas se reduzam a patamares mais baixos. O Banco Central está torcendo para que a "prime" não ultrapasse aos 9,5%, a média que vem sendo observada desde junho passado. Uma oscilação para mais afeta drasticamente o Brasil, uma vez que 78,5% da dívida brasileira de US\$ 99.258 bilhões sofre influências dos juros internos dos EUA.

Segundo uma análise do departamento econômico do Banco Central, o crescimento da economia norte-americana, no terceiro trimestre deste ano, reduziu as possibilidades de, a curto prazo, o Federal Reserve afrouxar ainda mais sua política monetária. Além disso — ainda segundo o BC —, a necessidade de recursos para financiar o déficit orçamentário do governo Reagan tem-se constituído em fator limitativo para o declínio das taxas de juros nos Estados Unidos.

Já o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, em rápido discurso proferido no último dia 12, ao comitê assessor da dívida brasileira, em Nova Iorque, advertiu que nas condições internacionais atuais — desde que não ocorra um recrudescimento do protecionismo internacional e que as taxas de juros não se elevem —, o Brasil poderá conseguir no próximo ano resultados semelhantes aos de 1985, ou seja, superávit na balança comercial (exportações menos importações) de US\$ 12,5 bilhões e um saldo global do balanço de pagamentos (resultado de todas

as transações comerciais do Brasil com o resto do mundo) de US\$ 700 milhões.

De qualquer forma, o presidente do Banco Central, assim como os credores do Brasil, não estão seguros de que a conjuntura econômica internacional vá apresentar-se melhor que hoje, pois sempre há o risco de o Terceiro Mundo sofrer convulsões e deixar de honrar os US\$ 600 milhões de sua dívida para com a comunidade financeira, e que o governo dos EUA não inicie uma política efetiva de redução de seu déficit. Essa incerteza com relação ao futuro influiu para que o Brasil, indo ao encontro com as preocupações dos banqueiros, propusesse ao comitê assessor o reescalonamento da dívida vencida em 1985 (US\$ 6 bilhões) e a vencer em 1986 (de US\$ 9 bilhões) para pagamento no futuro, ao invés de enfrentar um reescalonamento de longo prazo.

O fato do governo atual ter dispensado novos empréstimos dos bancos neste ano e em 1986 não funcionou, aparentemente, como elemento de barganha com os credores, que se fixaram mais na negativa do Brasil de assinar um acordo com o FMI. Em relação ao Fundo, Bracher foi taxativo, numa entrevista à imprensa, na semana passada: "Não tivemos boas experiências com o Fundo".

Sem um acordo formal com o FMI, o governo tem se mostrado pródigo em prestar informações sobre o desempenho da economia brasileira daquela instituição. Na visita que fez ao diretor-gerente Jacques de Larosière, na segunda quinzena deste mês, Bracher se esmerou a destrinchar detalhes sobre o "pacote" econômico aprovado em 5 de dezembro pelo Congresso Nacional.